



## Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas

CNPJ: 17.161.837/0001-15

02/04

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ (mil)

	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS DE LUCROS			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESPECIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>21.538</b>	<b>18.835</b>	<b>672</b>	<b>12.442</b>	<b>-</b>	<b>53.487</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.526	6.526
Destinação do lucro de 2013 para a conta de Reservas de lucros (Legal e investimentos)	-	-	326	6.200	(6.526)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>21.538</b>	<b>18.835</b>	<b>998</b>	<b>18.642</b>	<b>-</b>	<b>60.013</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.500	-	-	-	-	25.500
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	-	532	532
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(23.921)	(23.921)
Compensação de prejuízos com reservas.	-	-	(998)	(18.642)	19.640	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>47.038</b>	<b>18.835</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.749)</b>	<b>62.124</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE NATUREZA SÓCIO-AMBIENTAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS

	RS (mil) 31/12/2014	RS (mil) 31/12/2013
<b>1) BASE DE CÁLCULO</b>		
Receita Bruta (RB)	27.025	46.874
Resultado Operacional (RO)	(23.878)	6.771
Folha de Pagamento Bruta e Honorários da Diretoria (FPB)	25.271	25.849

	31/12/2014		31/12/2013	
	RS(mil)	% sobre RO	RS(mil)	% sobre RO
<b>2) INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>				
Alimentação	883	(3,7)	854	12,6
Encargos sociais compulsórios	6.072	(25,4)	5.947	87,8
Saúde, segurança e medicina do trabalho	43	(0,2)	209	3,1
Capacitação e desenvolvimento profissional	1	(0,0)	3	0,0
Transporte e outros	176	(0,7)	86	1,3
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>7.175</b>	<b>(30,0)</b>	<b>7.099</b>	<b>104,8</b>

	31/12/2014		31/12/2013	
	RS(mil)	% sobre RO	RS(mil)	% sobre RO
<b>3) INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>				
<b>3.1) INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO POPULAR:</b>				
<b>Fonte de Recurso</b>				
Governo de Minas	35.788	(149,9)	132,4	74,846
PSH/PMCMV Ministério das cidades	82.953	(347,4)	306,9	61,763
Municípios	13.608	(57,0)	50,4	12,465
Retorno dos financiamentos	21.962	(92,0)	81,3	20,055
<b>Total Investimento</b>	<b>154.311</b>	<b>(646,2)</b>	<b>571</b>	<b>169,129</b>
<b>TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	<b>154.311</b>	<b>(646,2)</b>	<b>571</b>	<b>169,129</b>

	31/12/2014		31/12/2013	
	RS(mil)	% sobre RO	RS(mil)	% sobre RO
<b>3.2) INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO POPULAR:</b>				
<b>Fonte de Recurso</b>				
Governo de Minas	24.729	(103,6)	91,5	-
<b>Total Investimento</b>	<b>24.729</b>	<b>(103,6)</b>	<b>91,5</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	<b>24.729</b>	<b>(103,6)</b>	<b>91,5</b>	<b>-</b>

### QUANTIDADE DE UNIDADES CONCLUÍDAS E EM EXECUÇÃO

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO POPULAR :	31/12/2014			31/12/2013		
	Municípios atendidos	Unidades Habitacionais	Empregos gerados	Municípios atendidos	Unidades Habitacionais	Empregos gerados
Central	9	325	390	19	635	762
Sul de Minas	9	370	444	16	655	786
Triângulo	0	0	0	5	200	240
Norte de Minas	25	977	1.172	54	2.067	2.480
Centro-Oeste de Minas	0	0	0	-	-	-
Alto Paranaíba	1	50	60	2	100	120
Noroeste de Minas	5	190	228	8	297	356
Zona da Mata	14	516	619	27	944	1.133
Jequitinhonha/Mucuri	18	720	864	27	1.087	1.305
Rio Doce	17	649	779	29	1.036	1.243
<b>Total Investimento</b>	<b>98</b>	<b>3.797</b>	<b>4.556</b>	<b>187</b>	<b>7.021</b>	<b>8.425</b>

### QUANTIDADE DE MÓDULOS SANITÁRIOS CONCLUÍDOS E EM EXECUÇÃO

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO POPULAR :	31/12/2014			31/12/2013		
	Municípios atendidos	Unidades Habitacionais	Empregos gerados	Municípios atendidos	Unidades Habitacionais	Empregos gerados
Central	5	324	389	-	-	-
Norte de Minas	24	1.254	1.505	-	-	-
Jequitinhonha/Mucuri	18	594	713	-	-	-
Rio Doce	2	33	40	-	-	-
<b>Total Investimento</b>	<b>49</b>	<b>2.205</b>	<b>2.646</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 4) INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	31/12/2014	31/12/2013
Nº de admissões de empregados durante o período	11	18
Nº de demissões de empregados durante o período	27	14
Nº de empregados ao final do período	190	206
Nº de empregados até 20 anos	7	9
Nº de empregados de 21 a 30 anos	22	25
Nº de empregados de 31 a 40 anos	52	52
Nº de empregados de 41 a 50 anos	29	41
Nº de empregados acima de 50 anos	80	79
Nº de mulheres que trabalham na companhia	89	94
Nº de total de empregados ocupantes de cargo de chefia	17	17
Nº de mulheres ocupantes de cargo de chefia	7	7
<b>5) ESCOLARIDADE DO CORPO FUNCIONAL</b>		
Nº de empregados com ensino fundamental incompleto	4	1
Nº de empregados com ensino fundamental completo	6	5
Nº de empregados com ensino médio incompleto	3	12
Nº de empregados com ensino médio completo	33	34
Nº de empregados com ensino superior incompleto	19	20
Nº de empregados com ensino superior completo	125	134

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. CONTEXTO OPERACIONAL - a) Os objetivos da COHAB MINAS:** A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (doravante denominada "COHAB MINAS" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, que tem como objetivo principal a execução, por si ou através do Fundo Estadual de Habitação – FEH, do Plano de Habitação do Governo do Estado de Minas Gerais para atender, preferencialmente, famílias de baixa renda, abrangendo principalmente o planejamento e execução de programas de produção de unidades habitacionais, lotes urbanizados e concessão de financiamentos para aquisição de casa própria. A COHAB MINAS atua como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política habitacional. Neste sentido, o Estado de Minas Gerais detém 99,99% do seu capital social e assegura a continuidade normal de suas operações, seja através de garantia direta das operações e negociações realizadas ou a serem realizadas com terceiros, seja através do aporte de, ou obtenção de, recursos adicionais necessários à continuidade das operações da COHAB MINAS, em consonância com a política habitacional do Governo do Estado.

A partir de 2005, a construção de habitações passou para o Fundo Estadual de Habitação – FEH, e a COHAB MINAS passou a atuar como agente financeiro e gestor do FEH, sendo remunerada pelos serviços prestados. Assim sendo, os principais valores das demonstrações financeiras (Nota explicativa nº 5) se referem às operações

conduzidas anteriormente à atuação como agente financeiro e gestor do FEH. Tais operações passadas se encontram em duas fases distintas: (i) a primeira diz respeito aos valores que a COHAB MINAS habitou ou está se habilitando perante a Caixa Econômica Federal (CEF) para o recebimento de saldos devedores de contratos encerrados, que são de responsabilidade do FCVCS, e (ii) a segunda se refere aos valores ainda a receber de Prestamistas decorrentes de vendas de imóveis.

**b) As operações efetuadas ao longo dos anos:** Ao longo dos anos, a COHAB MINAS concedeu financiamentos aos mutuários com prazo de quitação em geral de vinte e cinco anos, a uma taxa de juros incentivada pelo Governo Federal (Nota Explicativa nº 5), acrescida da comissão de repasse e taxa de prestação de serviços, tendo sido utilizada as linhas de financiamentos concedidas substancialmente através do Sistema Financeiro de Habitação, além de recursos do Governo do Estado de Minas Gerais. Estes contratos começaram a ter o seu termo final de vencimento de forma relevante a partir de 2007, tendo como prazo final praticamente em 2016 e 2017. No momento, a carteira se compõe de (i) financiamentos quitados ou com parcelas a receber vendidas ou a vencer (Prestamistas) e de (ii) financiamentos quitados com valores residuais a serem recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVCS). A Caixa Econômica Federal (CEF) é responsável pelo exame dos valores a receber do FCVCS, cuja situação

no momento é a seguinte: (a) Contratos homologados pela CEF; (b) Contratos em fase de análise pela CEF para fins de homologação ou não; e (c) o restante dos contratos se encontram em fase de análise ou reanálise pela COHAB MINAS para fins de envio para homologação pela CEF.

**c) A estruturação do Sistema Financeiro Habitacional do País e os efeitos na COHAB-MINAS:** Em face da característica dos clientes da COHAB MINAS, ou seja, mutuários de baixa renda, a Companhia possui crescente desequilíbrio patrimonial e financeiro entre os seus ativos e passivos, que resultam basicamente de situações estruturais ocorridas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ao longo das últimas décadas e de custos operacionais elevados, superiores à receita gerada com o objeto social da empresa. Adicionalmente, o recebimento dos contratos ativos tem ocorrido de forma mais lenta do que a amortização dos contratos passivos junto à CEF, tendo, como resultado, a redução mais rápida dos valores passivos do que os valores a receber. Outro aspecto importante que contribui para que este fluxo negativo seja cada vez mais crescente decorre do alto nível de atraso dos mutuários, que não tem capacidade suficiente de pagamento dos financiamentos ativos, seja do principal, ou dos encargos. Conforme demonstrado em Nota explicativa nº 5, no momento, a COHAB MINAS tem um saldo residual a receber do FCVCS de R\$813 milhões (2013 – R\$777 milhões), substancialmente habilitados e para os quais a CEF homologou R\$558 milhões (2013 – R\$524 milhões) para crédito junto à mesma. Adicionalmente, a COHAB MINAS tem um saldo de R\$89 milhões (2013 – R\$98 milhões) de Prestamistas a receber de mutuários, que decorre da sistemática do SFH, além do fato de que as inadimplências correram por conta e risco da COHAB MINAS. Para os valores a receber do FCVCS, a COHAB MINAS constituiu provisão de R\$185 milhões (2013 – R\$175 milhões), bem como de R\$40 milhões (2013 – R\$40 milhões) para os valores a serem recebidos de Prestamistas. Ao final, resta um saldo de realização no Balanço patrimonial de R\$ 49 milhões (2012 – R\$58 milhões) de Prestamistas, de curto e longo prazos.

As provisões efetuadas para os valores a receber de Prestamistas e do FCVCS são estimadas e ajustadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao recebimento desses ativos.

**d) Operações futuras:** Para dar continuidade ao Programa de Habitação do Estado de Minas Gerais, o Governo decidiu que a COHAB MINAS continuará como agente financeiro dos contratos de financiamento em fase de término e que a construção de novas habitações seria viabilizada por meio do FEH com a participação da COHAB MINAS. Para fazer face aos serviços prestados na fase de produção de novas habitações, a COHAB MINAS recebe a remuneração de 6% sobre os valores desembolsados pelo FEH, mais uma taxa de administração de crédito composta por (i) um custo fixo de R\$12,34 e R\$11,69 – 2013, sendo de R\$13,11 a partir de 2015 para cada parcela de financiamento efetivamente emitida pela COHAB MINAS e (ii) mais uma parcela de custo variável para remunerar a eficiência da arrecadação calculada consoante fórmula definida no Decreto 44.168/2005 do Governador do Estado de Minas Gerais, sendo que a taxa de administração de crédito teve um limite máximo de R\$24,28 e R\$21,65 – 2013, sendo de R\$22,85 a partir de 2014, por contrato. Todavia, estes valores ainda não estão sendo suficientes para suportar os custos de gestão da Companhia.

Em 2014 a Companhia recebeu a título de taxa de Administração de crédito e comissão do FEH, no valor de R\$16,5 milhões (2013 R\$15,1 milhões) que foram utilizados na manutenção das atividades operacionais da Companhia.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil substancialmente nos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), as interpretações (ICPCs) e as orientações (OCPCs) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O registro das operações segue também as instruções contidas no Manual da Companhia de Habitação Popular e normas específicas da Caixa Econômica Federal.

As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. A Companhia adota como moeda funcional a moeda brasileira Real.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração de resultados abrangentes. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

**3. PRÁTICAS CONTÁBEIS - (a) Apuração do resultado:** O resultado da Companhia é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas e os custos incluem os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização, inclusive uma estimativa de provisão para fazer face às perdas prováveis na realização de contas a receber de mutuários (Prestamistas a receber - Contratos ativos) e para Contratos encerrados nas fases de (i) homologados, (ii) revisão pela CEF para fins de homologação, e (iii) em fase de depuração para fins de apresentação à CEF para homologação.

O registro das receitas de Prestamistas (contratos ativos) e do FCVCS (contratos liquidados, mas com saldo devedor a receber do FCVCS), bem como das despesas de financiamento – que foram recursos obtidos para a construção e venda dos imóveis aos Prestamistas – é detalhado a seguir nos itens (c) e (f).

**(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Representam os saldos em caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de renda fixa resgatáveis em até 90 dias, estas acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado. Parte dos valores de Equivalentes de caixa é restrita ao uso do Convênio assinado com a MGI, uma empresa controlada do Governo do Estado de Minas.

**(c) Prestamistas a receber - Contratos ativos e Contratos encerrados em fase de depuração para fins de homologação junto à CEF (FCVCS) (de curto e longo prazos) e Provisão para perdas:** Prestamistas a receber - Contratos ativos - Estão demonstrados pelo saldo devedor do financiamento de unidades habitacionais, incluindo juros e a correção monetária até 31 de dezembro de cada ano, com base na variação da OTN, de acordo com a periodicidade da capitalização prevista contratualmente. Prestações vencidas e não pagas estão registradas por valores corrigidos pela OTN, isto é, pelos valores contratuais sem o acréscimo de encargos de multa e de outros encargos após o vencimento. O saldo devedor relativo às prestações vencidas estão classificadas no ativo circulante ou realizável a longo prazo, de acordo com o prazo contratual das parcelas a vencer, apesar de o contrato permitir o exercício do direito de vencimento antecipado de todo o financiamento.

Contratos encerrados, com saldo a receber do FCVCS - Representam os valores residuais a serem habilitados, ou em fase de habilitação, ou já homologados pela CEF, estes últimos demonstrados como redução do Passivo de Financiamentos, referentes às unidades habitacionais, cujos contratos tiveram o seu término de pagamento ocorrido. Estão registrados pelo valor residual não liquidado após o término do contrato, e a receber do FCVCS, incluindo juros e a correção monetária até 31 de dezembro de cada ano, com base na variação da UPR.

Provisões constituídas - Esses ativos estão deduzidos das seguintes provisões: (i) Provisão para perdas relativos a Prestamistas, calculada com base nos valores permitidos para fins fiscais e (ii) provisão adicional estimada para (i) os valores dos contratos em fase de revisão pela CEF para fins de homologação ou não, e (ii) contratos em fase de depuração pela COHAB MINAS para fins de ressarcimento pela CEF (Nota explicativa nº 5). O valor da provisão para perdas é atualizada anualmente, a débito ou a crédito do resultado do exercício, com base na melhor expectativa de perdas estimada pela Administração.

**(d) Terrenos e Bens imóveis a comercializar:** Referem-se substancialmente a imóveis adquiridos pela Companhia no passado, mais as sobras de construção de conjuntos habitacionais e imóveis recebidos em dação de pagamento de dívida do acionista controlador, bem como a imóveis (casas, apartamentos etc.) devolvidos à COHAB MINAS pelo não recebimento de dívidas.

Parte dos Terrenos a comercializar está registrada pelo valor de mercado apurado em 2009, com base em Laudos técnicos elaborados pelo Departamento de Engenharia da Companhia. Como resultado dessa

avaliação, a mais valia encontrada foi reconhecida nas Demonstrações financeiras para fins de atender às regras contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e ajustadas para fins fiscais utilizando-se do Livro fiscal próprio. O valor do imposto de renda e contribuição social sobre lucro dessa mais valia foram provisionados como um passivo a longo prazo. Os valores dos bens avaliados não foram posteriormente revisados para fins de determinar eventual redução, se houver, ao valor de mercado, exceto o caso de dois imóveis em 2012, mas cujo valor encontrava-se acima ao de mercado.

Também, parte dos Imóveis a comercializar recebidos em dação de pagamento estão registrados pelo valor das dívidas existentes na época em que eles foram recebidos e, finalmente, existem vários outros imóveis com valor simbólico na contabilidade e que não foram objeto de avaliação.

**(e) Demais Ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço.

**(f) Empréstimos habitacionais:** Representam o valor do principal, acrescido de correção monetária com base na variação da Unidade Padrão Referencial para financiamentos habitacionais – UPR até 31 de dezembro de cada ano, apurada de acordo com a periodicidade de capitalização prevista contratualmente, e acrescidos de juros e outros valores contratuais, deduzidos dos valores a receber do FCVCS já homologados pela CEF. Todavia, inexistem normas regulamentares a respeito dessa compensação, mas sendo a mesma feita pela lógica dos fatos ocorridos, e na presunção desta compensação.

**(g) Imposto de renda e contribuição social sobre lucros:** Seriam calculados, quando aplicável, com base no resultado contábil apurado em cada exercício ajustado por adições e exclusões a este resultado, deduzidos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social correspondentes a 30% do lucro fiscal assim apurado, e sobre o qual seriam aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240.000 anuais para imposto de renda, e 9% para contribuição social).

Em função de a Companhia estar apresentando prejuízos fiscais em cada exercício, não tem sido constituída a provisão para tais tributos; todavia, a Companhia mantém controles dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social no Livro de Apuração do Lucro Real. Considerando que, no contexto global, a Companhia não tem previsão segura de resultado positivo futuro para absorver todas as perdas que poderão ocorrer com a liquidação dos contratos de financiamento a mutuários, não foi calculado o imposto de renda e contribuição social diferidos a serem compensados futuramente com tributos a pagar.

**(h) Provisão para Contingências cíveis, trabalhistas e outras:** Uma provisão é reconhecida pela Companhia quando existe a expectativa de uma obrigação como resultado de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Neste sentido, a Companhia tem constituído provisões para os valores relevantes dos quais tem conhecimento, e segundo a sua melhor estimativa (Nota explicativa nº 15).

**(i) Fundação LIBERTAS (anteriormente denominada PREVI-MINAS) - Contribuições a pagar:** A Companhia tem atualmente 2 Planos, um BD e outro CD, que demonstram o valor das contribuições da Companhia e dos Participantes, e estão registrados pelo valor dos pagamentos feitos mais os rendimentos auferidos pelo Plano em função das aplicações financeiras efetuadas. No Plano BD, a Companhia e os Participantes tem a obrigação de complementarem as suas obrigações quando este Plano apresentar insuficiência por mais de 3 anos. No caso do Plano CD, inexistiu esta obrigação.

**(j) Demais Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

**(k) Instrumentos financeiros:** A COHAB MINAS valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor justo em 31 de dezembro de cada ano - quando possíveis de determinar com segurança -, sendo demonstrados pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos e/ou os passivos mais os encargos incidentes até a data do balanço, ajustado a valor de mercado, quando aplicável. O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações financeiras representa o montante de caixa que a COHAB MINAS receberia ou pagaria, conforme apropriado, se liquidasse as transações na data do balanço. Os empréstimos estão avaliados pelo custo amortizado, acrescido dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

São considerados instrumentos financeiros pela Companhia as Aplicações financeiras incluídas em Caixa e equivalentes de caixa, os Terrenos a comercializar, Prestamistas a receber, FCVCS a receber relativamente a contratos homologados pela CEF, contratos homologados anteriormente mas devolvidos para reexame, contratos em fase de habilitação, bem como os contratos a serem habilitados e os contratos devolvidos pela CEF para complementação de informações para fins de homologação. São também instrumentos financeiros o montante do FCVCS a receber em bases trimestrais e os empréstimos habitacionais.

**(l) Estimativas contábeis:** A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Sendo assim, nas Demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas de provisão referentes, entre outros, a provisão para perdas na realização de FCVCS em fase de revisão pela CEF para fins de homologação, ou ainda em fase de análise pela COHAB MINAS para fins de apresentação à CEF, bem como para Valores a receber de Prestamistas e registrados no Ativo circulante e não circulante, bem como o valor dos passivos contingentes de natureza cível, tributária e trabalhista, entre outros. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores de realização ou liquidação desses ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas.

**(m) Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos:** A Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Todos os valores ativos e passivos são ajustados por rendimentos ou encargos e estão, assim, mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, segundo avaliação da Administração.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	RS (mil)	
	2014	2013
Caixa	7	17
Depósitos bancários a vista	2.469	1.337
Equivalentes de caixa	33.928	6.285
	<b>36.404</b>	<b>7.639</b>

Os Equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras e estão compostas da seguinte forma:

	RS (mil)		
	Nota	2014	2013
<b>Aplicações financeiras não vinculadas</b>			
Banco do Brasil	a	60	23
Bradesco	a	30	24
Itaú	a	1.846	2.317
Bonsucesso	b	1	3.920
		<b>1.937</b>	<b>6.284</b>

### Aplicações financeiras vinculadas ao convênio firmado entre MGI e SEDRU

||
||
||